

Câmara acelera exame da revitalização de rio

O fundo para a revitalização do rio São Francisco pode sair do papel. A proposta de emenda constitucional de autoria de Antônio Carlos Valadares, aprovada pelo Senado, deve ser votada terça-feira pela comissão especial da Câmara que examina o assunto. A revitalização do rio foi pedida pelo bispo Luiz Flávio Cappio, que encerrou ontem greve de fome em protesto contra a transposição. **Página 7**



José Cruz

Meirelles diz que BC colabora com investigações do Congresso

Em audiência na Comissão de Orçamento, presidente do Banco Central afirma que aguarda conclusões das CPIs para analisar papel dos bancos nas denúncias. **Página 3**

Projeto beneficia portador de deficiência

Portadores de deficiência e idosos só podem receber hoje o benefício da prestação continuada se sua família tiver renda *per capita* mensal inferior a um quarto do salário mínimo. Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais muda essa regra, ao excluir do cálculo da concessão do benefício a aposentadoria no valor de um mínimo. Com isso, mais pessoas carentes podem ser beneficiadas. **Página 8**

Mais um irmão de Celso Daniel aponta esquema em Santo André

Bruno José Daniel Filho afirma na CPI dos Bingos que evidências indicam que o então prefeito de Santo André foi morto "por encomenda". Ele acredita que reabertura do caso levará aos mandantes do crime



Gerardo Magela

Serys (E), ao lado de Nilcéa e Renan, defende participação dos homens nas tarefas domésticas

Renan quer esforço para ampliar papel da mulher na sociedade

Embora tenham índice de escolaridade mais alto do que o da população masculina, as mulheres ganham em média 69,6% do rendimento percebido pelos homens e ainda são minoria em cargos de chefia e de representação política. A avaliação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em seminário no auditório do Interlegis. A senadora Serys Silhessarenko defendeu maior presença dos homens nas tarefas domésticas. O evento contou com a participação de uma governadora e duas ministras de Estado. **Página 8**



Célio Azevedo

Bruno (E) depõe na CPI dos Bingos, ao lado dos senadores Efraim Morais, Garibaldi Alves e Mozarildo Cavalcanti



Célio Azevedo

Na CPI dos Correios, André (D) é observado pelos deputados Carlos Willian, Asdrúbal Bentes e Osmar Serraglio

O irmão mais novo de Celso Daniel, ex-prefeito assassinado em janeiro de 2002, disse ontem que Gilberto Carvalho, atual chefe do gabinete pessoal do presidente Lula, sabia do esquema de corrupção que ocorria na prefeitura de Santo André. Quando Celso Daniel morreu, Gilberto Carvalho trabalhava como assessor na prefeitura e teria confessado a Bruno e a seu irmão, João Francisco Daniel, o esquema que envolvia arrecadação ilegal de recursos para o caixa dois do PT, com o objetivo de financiar as campanhas eleitorais. Bruno, João Francisco e Gilberto Carvalho deverão ficar frente a frente na CPI dos Bingos no dia 26. O presidente da comissão, senador Efraim Morais, disse que só com a acareação será possível concluir "quem está falando a verdade". Já na CPI dos Correios, o empresário André Marques da Silva, sócio da Interbrazil, confirmou que sua empresa – acusada de receber favores do governo federal no mercado de seguros – fez doações a partidos políticos, mas negou ter sido beneficiado em decorrência de sua colaboração à campanha do PT em Goiás. **Páginas 4 e 5**

Goellner quer prazo para devedor do Finame



Gilberto Goellner

Gilberto Goellner (PFL-MT) apelou ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Guido Mantega, pela prorrogação, até julho de 2006, do prazo para pagamento de empréstimos via Finame (que financia máquinas e equipamentos novos, incluindo veículos). O pedido contempla interesses de empresas transportadoras e transportadores autônomos, que enfrentam a retração da demanda.

A queda na procura pelo serviço no setor de agropecuária, afirmou, gerou uma fase de ociosidade nos transportes rodoviários.

Azeredo anuncia duplicação da Rodovia Fernão Dias



Eduardo Azeredo

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) anunciou em Plenário o encerramento da duplicação da Rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo. O senador cumprimentou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi a Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais, para inaugurar a obra.

– A duplicação é de grande importância para a economia do estado. Esperamos que, agora, possa caminhar o projeto de concessão para que a rodovia tenha a devida manutenção – ressaltou.

Fátima Cleide elogia políticas voltadas à agricultura familiar

Entre as medidas destacadas pela senadora está o aumento do volume de crédito disponibilizado pelo Pronaf

Fátima Cleide (PT-RO) enalteceu os investimentos feitos pelo presidente Lula com objetivo de fortalecer a agricultura familiar. Segundo a senadora, o governo efetuou, de 2004 a 2005, mais de 1,7 milhão de contratos de crédito pelo Programa Nacional de Forta-



Fátima Cleide lembra papel das unidades familiares na geração de emprego

lecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), totalizando quase R\$ 6 bilhões e prevendo a aplicação de R\$ 9 bilhões em 2005/2006.

Para a senadora, a 2ª Feira Nacional da Agricultura Familiar, ocorrida no fim da semana passada em Brasília, assim como o 2º Congresso e a 9ª Assembléia Geral da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, realizados em Luziânia (GO), espelham essa nova política adotada pelo governo.

Fátima Cleide lembrou que mais de 4 milhões de estabelecimentos rurais são formados por propriedades familiares, constituindo o setor que mais gera ocupações produtivas no campo.

Iris visita unidade da Petrobras na Amazônia



Iris de Araújo

Iris de Araújo (PMDB-GO) integrou a comitiva de parlamentares, empresários e técnicos que, a convite da Petrobras, visitou a Unidade de Exploração e Produção da Bacia do Solimões, para conhecer o trabalho desenvolvido pela estatal na região amazônica.

O grupo conheceu o projeto Urucu, que produz gás natural e petróleo de forma competitiva. A senadora elogiou o fato de a empresa implantar projetos de preservação ambiental e de alfabetização de adultos, em contrapartida à atividade de exploração de petróleo em plena floresta.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Sessão para debates entre parlamentares

Os senadores participam de sessão plenária não-deliberativa, ou seja, destinada a discursos dos parlamentares, às 9h. As votações serão retomadas na próxima semana. Entre os destaques da pauta

está o projeto que determina um novo modelo para a exploração econômica de florestas públicas, com a concessão para empresas privadas por meio de licitação (PLC 62/05).

Rádio Senado lembra os 50 anos da eleição de JK

O dia 3 de outubro marcou os 50 anos da eleição de Juscelino Kubitschek. Em homenagem ao político, o Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, um especial com a trajetória do ex-presidente, cassado pelo regime militar quando cumpria mandato de senador. JK entrou para a história como um dos maiores desenvolvimentistas. A atração será reprisada amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.



Balé Bolshoi na TV

O documentário *Ballet Bolshoi – dois séculos de História – A nova geração*, que mostra os bastidores da turnê do grupo pelo Brasil, em 1999, é destaque da TV Senado, e vai ao ar hoje, às 22h30, com reprise amanhã, às 16h.

Oficina de Arte para Cegos

Hoje é o último dia da exposição “Oficina de Arte para Cegos”, em cartaz na Senado Galeria. A mostra traz esculturas em argila e a documentação do trabalho realizado pelos deficientes visuais.

Flexa Ribeiro destaca festa do Círio de Nazaré

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou que, no domingo, Belém sedia mais uma edição da festa do Círio de Nazaré, considerada a maior



Flexa Ribeiro

procissão católica do mundo. Segundo o senador, mais de 1,5 milhão de devotos costumam homenagear Nossa Senhora de Nazaré nesta data. O cortejo entre a Catedral da Sé e a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré completa 212 anos em 2005.

Flexa Ribeiro ressaltou que a festa do Círio “é a mais genuína imagem da cultura paraense”.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Efraim Morais, Mão Santa, Tião Viana e Ribamar Fiquene



Medidas devem contribuir para a manutenção de muitos empregos, prevê Ideli

Ideli comemora proteção contra produto chinês

Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou a adoção de salvaguardas pelo governo contra a importação de produtos chineses. Após várias reuniões – que a senadora classificou como infrutíferas – com a embaixada da China e viagem do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, ao país asiático, Ideli afirmou que o presidente Lula não hesitou em assinar decreto regulamentando medidas de proteção a empresas brasileiras.

– Não serão beneficiados apenas os industriais, mas, fundamentalmente, os trabalhadores. As salvaguardas irão manter muitos empregos – disse.

Senadores pedem a Palocci que ajude a Varig

Ney Suassuna (PMDB-PB) informou que, juntamente com o senador Edison Lobão (PFL-MA), acompanhou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a uma reunião, ontem, com o ministro Fazenda, Antonio Palocci. O principal assunto, disse, foi a situação financeira da empresa aérea Varig.

O senador ponderou que a Varig, empresa que tem mais de 13 mil funcionários, “é a visibilidade do Brasil no exterior”. Antes da Varig, lembrou, a Transbrasil e a Vasp tiveram problemas que resultaram na falência dessas empresas.

– É um problema sério e pedimos ao ministro que se debruce sobre ele, procurando soluções – finalizou.

Presidente do Banco Central apresenta na CMO prestação de contas semestral. Após reunião de líderes com Renan, Suassuna afirma que base do governo fará mobilização para votar o Orçamento

Meirelles diz que é preciso apurar a origem dos recursos do "valerioduto"

Ao prestar contas dos resultados das políticas monetária, de crédito e cambial relativas ao primeiro semestre do ano, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO) ontem, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, foi provocado a explicar a origem dos recursos utilizados pelo empresário Marcos Valério para abastecer o caixa paralelo de campanhas de parlamentares petistas e da base governista, fatos sob investigação no Congresso.

Sem referência direta ao caso, Meirelles disse que o BC não tem como fiscalizar quem possui contas no exterior ou quem mobiliza os recursos para dar suporte a empréstimos levantados em bancos nacionais. Quanto ao fato de os bancos Rural e BMG terem feito empréstimos ao empresário sem adequadas garantias, ele esclareceu que o papel do Banco Central fica limitado a exigir das instituições a imediata provisão dos recursos para prevenir a possível falta de pagamento.

– Acredito que é preciso, sim, respostas para essa pergunta, tanto que estamos aguardando a conclusão dos trabalhos do Congresso – afirmou Meirelles, salientando que a postura do BC tem sido de colaboração nas investigações das CPIs, mas nos limites de sua competência.

Juros e superávit

Críticas aos juros altos e ao superávit feito pelo governo para pagar a dívida pública foram recorrentes na audiência, realizada pela CMO em conjunto com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado e outras comissões

Governistas devem assegurar maioria na votação do Orçamento, diz Suassuna

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), disse em entrevista ontem, ao final da reunião de líderes com o presidente Renan Calheiros, que a base de apoio do governo vai se mobilizar para garantir a maioria nas próximas reuniões da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e não permitir a obstrução, já anunciada pelo líder do PFL, deputado Rodrigo Maia.

– O governo tem maioria na comissão; o que não tem acontecido é a mobilização perfeita para garantir as votações – declarou Suassuna, criticando o PFL, que, segundo ele, faz “uso político” do Orçamento.



Ao lado de Mestrinho (D), Henrique Meirelles diz que BC não tem como fiscalizar contas no exterior

da Câmara. A prestação de contas semestral ao Congresso é uma exigência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para o presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), o pagamento de juros tem representado um constrangimento permanente para os investimentos em áreas essenciais, como saúde e infra-estrutura. O senador lembrou que o país dispõe de 55 mil quilômetros de estradas federais carentes de recuperação, mas faltam recursos.

Defesa

O presidente do BC reafirmou sua posição quanto ao acerto da política adotada. Quanto ao superávit, que nesse momento ultrapassa o nível de 6% do produto interno bruto (PIB) – quase dois pontos acima da meta de 4,5% fixada para o ano –, Henrique Meirelles disse ser uma medida necessária para assegurar uma trajetória descendente para a dívida pública líquida, como condição para a queda

dos juros e o crescimento sustentado no médio prazo.

No primeiro semestre, a dívida pública líquida, conforme dados apresentados pelo presidente do BC, teria sido reduzida ao nível de 51,1% do PIB, ante um pico de 61,6% em setembro de 2002. A média mensal da inflação ficou em 0,52%, segundo ele, convergindo para o cumprimento da meta de 5,1% para esse ano. Meirelles confirmou a expectativa de uma taxa de crescimento do PIB em torno de 3,5% este ano.

Também foi discutido o resultado contábil negativo do Banco Central no primeiro semestre, de R\$ 11,6 bilhões. Segundo Meirelles, o desempenho foi originado pela apreciação do real frente às demais moedas estrangeiras no período e reflete o fato de o BC ser depositário das reservas nacionais. Esse resultado, contudo, seria compensado pelo ganho do Tesouro Nacional com a redução do valor da dívida externa.



Suassuna: será feito o esforço necessário para evitar obstrução anunciada pelo PFL

para tentar resolver os entraves que impedem um acordo com o PFL.

– Não é possível, no entanto, que a oposição paralise as votações em razão de uma questão local – declarou.



De olho nas eleições, muitos passaram a pedir a punição dos corruptos, afirma Almeida Lima

Almeida Lima vê tentativa de enganar o povo

Almeida Lima (PMDB-SE) criticou os senadores que se recusaram a assinar, em 2004, o pedido de criação da CPI dos Bingos, sob alegação de não haver corrupção no atual governo. Após o estouro das denúncias envolvendo integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva e parlamentares aliados, o senador disse que muitos passaram a tentar convencer a opinião pública de que mudaram de lado e a defender a punição dos corruptos.

– Será que essa mudança repentina é porque estamos na antevéspera de uma eleição e é preciso enganar o povo novamente? – indagou.

Crítica

O peemedebista lembrou ter sido taxado de “leviano” por acusar o então ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu de envolvimento no caso Waldomiro Diniz. “Houve até senador que, na época, se referiu a José Dirceu como homem de bem, e hoje o chama de desonesto”, destacou.

Almeida Lima recordou, por exemplo, os comentários da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) a seu pronunciamento de 2 de março de 2004. Na ocasião, ela teria dito que “a montanha rugiu, rugiu e não pariu um rato, porque nem estatura para rato tinha o que saiu nesta tribuna”.

– Do governo de Vossa Excelência já saíram, e ainda estão saindo, inúmeros ratos e gabirus, daqueles acostumados com a lama. Tenho uma relação enorme, lida em Plenário pelo senador Arthur Virgílio, de todos os envolvidos no mar de lama – anunciou.

Presidente da CPI dos Bingos acha convincente depoimento sobre suposto esquema de propina, mas observa que é preciso levar em consideração os fatos, e não a emoção

Irmão de Celso Daniel confirma acusação a chefe de gabinete

O engenheiro e professor Bruno José Daniel Filho, irmão mais novo de Celso Daniel – o prefeito de Santo André (SP) assassinado em janeiro de 2002 –, confirmou ontem, à CPI dos Bingos, que Gilberto Carvalho, chefe do gabinete pessoal do presidente Lula, sabia do esquema de corrupção que existia, àquela época, na prefeitura do município.

Quando Celso Daniel morreu, Carvalho era assessor da prefeitura e teria confessado ao próprio Bruno e a outro irmão, João

Francisco Daniel, o esquema que envolvia arrecadação ilegal de recursos para abastecer o caixa dois do PT, com o objetivo de financiar campanhas eleitorais.

– Eu e meu irmão ficamos surpresos com a detalhada revelação de Gilberto Carvalho, feita logo após a missa de sétimo dia de Celso Daniel. Ele nos informou que chegou a ir sozinho a São Paulo, dirigindo o seu Corsa de cor preta, para entregar ao então presidente do PT, José Dirceu, a quantia de R\$ 1,2 milhão – de-

nunciou Bruno José.

O engenheiro disse considerar que a confissão de Carvalho pode ter tido o intuito de intimidá-los, funcionando como um alerta sobre a possibilidade de o irmão deles também estar envolvido no esquema. Dessa forma, se Bruno e João Francisco falassem sobre o assunto, poderiam comprometer a imagem de Celso Daniel. O esquema envolvia arrecadação de dinheiro, principalmente junto a empresas de lixo e de transportes do município.



Ao lado de Efraim, Garibaldi e Mozarildo, Bruno Daniel (E) relata detalhes de confissão que teria ouvido de Sérgio Carvalho

Para Efraim, só acareação vai dizer quem fala a verdade

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse que só com a acareação entre Bruno, João Francisco Daniel e Gilberto Carvalho conseguirá concluir “quem está falando a verdade”. Para Efraim, o depoimento de Bruno foi convincente e em determinados momentos emotivo, mas, observou, “temos que levar em consideração os fatos, e não a emoção”.

Bruno e João Francisco, irmãos do prefeito petista de Santo André

(SP) Celso Daniel assassinado em 2002, acusam Carvalho de participação em um esquema de propinas destinadas ao PT. A acareação deve ocorrer no próximo dia 26.

Bruno reiterou diversas vezes no depoimento que Carvalho encaminhava para o partido recursos da propina. Ele frisou que “a arrecadação era operada por Klinger de Oliveira Souza, Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva”. Klinger ocupava a Secretaria de

Obras da prefeitura, Ronan é um empresário ligado a firmas de coleta de lixo, e Sérgio, “o Sombra”, era segurança e amigo de Celso. De acordo com Bruno, Sérgio está indiciado como mandante do crime.

O senador José Agripino (PFL-RN) disse que Bruno demonstrou uma rara sinceridade no depoimento. Segundo o parlamentar, se a tese de crime político for comprovada, as razões do assassinato “certamente envolvem o PT”.



Comissão agenda série de depoimentos que serão tomados até o fim do mês

CPI do Mensalão dedicará próxima semana à análise de documentos

Em razão do feriado de 12 de outubro, a CPI do Mensalão adiou depoimentos e resolveu dedicar a próxima semana à análise de documentos sigilosos já recebidos ou disponibilizados pela CPI dos Correios. A coleta de depoimentos será retomada no dia 18, quando serão ouvidos, às 11h30, o presidente do Citibank, Gustavo Marin, e o procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli da Silva Júnior, dando continuidade à discussão sobre o controle da Brasil Telecom.

Os parlamentares da CPI ainda não decidiram a data para a acareação do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza com sua funcionária Simone Vasconcellos e pessoas que teriam recebido dinheiro de suas empresas, mas que admitiram valores bem inferiores aos que constam da lista fornecida à CPI.

O confronto do empresário, de acordo com a decisão tomada pela CPI ontem, será com o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto; o tesoureiro do PL, Jacinto Lamas; o assessor da liderança do PP, João Cláudio Genu; o chefe de gabinete do ex-ministro Anderson Adauto, José Luiz Alves; o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, e o ex-presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos.

Reeleição

Os integrantes da comissão definiram, ainda, a agenda de depoimentos até o final do mês de

outubro. No dia 19, será ouvido o deputado Ronivon Santiago (PP-AC), que em 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, renunciou ao mandato de deputado federal depois de ter sido acusado de receber R\$ 200 mil para votar a favor da emenda constitucional que permitia a reeleição do presidente da República. Dia 25, serão ouvidos os ex-deputados Chicão Brígido e Osmir Lima, que respondem à mesma acusação.

No dia 20, a CPI vai tomar depoimento do assessor do Ministério da Cultura Roberto Costa Pinto e, dia 26, será ouvido o ex-secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, Márcio Lacerda. A CPI também aprovou a oitiva do ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, que teve atuação no setor de privatizações do governo Fernando Henrique.

Na reunião de quarta-feira, foi quebrado o sigilo bancário de 12 corretoras de valores imobiliários e de câmbio, acusadas de ter causado prejuízos a fundos de pensão. Entre elas, figuram Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda; Sociedade Corretora Paulista SA (Socopa); Click Trade Corretora, Dillon SA Distribuidora; Millennium Corretora de Câmbio; e Quantia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; a WalPires SA e a Planer CV SA.



Juiz pode depor este mês, diz Agripino

José Agripino (PFL-RN) disse que o juiz João Carlos da Rocha Mattos deve prestar depoimento à CPI dos Bingos antes da acareação entre Gilberto Carvalho e os irmãos do prefeito de Santo André Celso Daniel, morto em 2002. De acordo com a revista *Veja* desta semana, o juiz Rocha Mattos, preso há um ano e 11 meses sob a acusação de vender sentenças, acusa Carvalho de ter conhecimento do esquema de corrupção em funcionamento na prefeitura e de ter articulado estratégias para manipular as investigações e a opinião pública sobre o caso.



ACM apóia iniciativa de comissão

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) manifestou seu apoio à decisão da CPI dos Bingos de promover acareação entre os irmãos do então prefeito de Santo André, Celso Daniel, e o chefe de gabinete Gilberto Carvalho. O parlamentar afirmou que o depoimento de Bruno Daniel confirma acusações feitas a Carvalho pelo outro irmão do ex-prefeito, João Francisco. Antonio Carlos comentou que a indicação de Carvalho para assessorar a prefeitura na gestão Celso Daniel partiu do presidente Lula, e informou que o atual chefe de gabinete não pertencia àquela região.

Ex-presidente do IRB e corretor negam denúncias de corrupção

Lídio Duarte, ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), depôs ontem na sub-relatoria da CPI dos Correios que investiga as denúncias de corrupção na estatal. Assim como já havia feito perante a Polícia Federal, ele negou que tenha sido pressionado pelo PTB a repassar ao partido R\$ 400 mil por mês – ao contrário do que divulgou a revista *Veja*, a partir de declarações que teriam sido dadas pelo próprio Duarte à revista. A sub-relatoria ouviu ainda o depoimento do corretor de seguros Henrique Brandão, acusado de participar de esquema de corrupção no IRB. Brandão – que assumiu ser amigo, “um irmão”, de Roberto Jefferson – negou as denúncias.

De acordo com a matéria publicada por *Veja*, Lídio Duarte teria deixado a presidência do IRB devido aos problemas que enfrentara ao se negar a entregar a “mesada” de R\$ 400 mil ao PTB – repasse que teria de ser feito por meio de operações irregulares na estatal. Nesse esquema, Henrique Brandão seria justamente o conta-

to de Roberto Jefferson que teria pressionado Duarte para a realização dos pagamentos. Brandão também é acusado de intermediar, de forma fraudulenta, operações de seguro de outras estatais.

O sub-relator, deputado Carlos Willian (PMDB-MG), destacou que “o IRB trouxe prejuízos aos cofres públicos, fato apontado inclusive pelo Tribunal de Contas da União”.

– No âmbito dos investimentos internacionais, a estatal apresentou prejuízo de US\$ 5 milhões. Além disso, também se constatou a existência de uma apólice de seguro elaborada de forma fraudulenta, que deu origem a uma indenização de R\$ 15 milhões – ressaltou o deputado.

Carlos Willian anunciou que a CPI dos Correios deverá tomar outros depoimentos nos próximos dias, entre eles o de Luiz Apolônio Neto, na terça-feira que vem. Luiz Apolônio sucedeu a Lídio Duarte na presidência do IRB e teria sido indicado para o cargo pelo então deputado Roberto Jefferson.



Carlos Willian questiona Lídio Duarte (E), ex-presidente do Instituto de Resseguros

"Mentiras e contradições"

A Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da CPI dos Correios ouviu ontem os depoimentos de dois empresários de Belo Horizonte acusados de atuar como doleiros. Haroldo Bicalho e Silva foi preso pela Polícia Federal durante a operação Farol da Colina, que investigava o envio ilegal de dinheiro para o exterior, e agora responde a processo em liberdade. Jader Kalid Antônio foi apontado por Marcos Valério como o responsável pela remessa ao exterior dos pagamentos feitos ao publicitário Duda Mendonça. Eles falaram separadamente e negaram todas as acusações.

– Foi uma sucessão de mentiras e contradições – avaliou o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de Fontes Financeiras.

Jader Kalid admitiu ter pres-

tado consultoria para Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, sócios de Marcos Valério. Confrontado com cópias de faxes enviados para ele por Geiza Dias, funcionária de Marcos Valério, em que apareciam confirmações de transferências de mais de US\$ 100 mil para a conta Dusseldorf, aberta no exterior por Duda Mendonça, Jader garantiu que apenas procurou averiguar o efetivo recebimento daqueles valores.

Jader apontou Haroldo Bicalho como um dos principais doleiros de Minas Gerais. Ao final dos depoimentos, Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu uma acareação entre os dois supostos doleiros, Marcos Valério, Davi Rodrigues Alves, Cristiano Paz e Simone Vasconcelos. Ela sugeriu ainda que a Polícia Federal, por ser mais experiente, conduza a acareação.

Empresário de seguros acusado de ter obtido favores do governo federal diz que nada recebeu em troca de colaboração à campanha do PT em Goiás



André Marques (D) presta depoimento, ao lado dos deputados Carlos Willian, Asdrúbal Bentes e Osmar Serraglio

Sócio da Interbrazil confirma doação de material a partidos

Em depoimento na CPI dos Correios, André Marques da Silva, sócio da Interbrazil, afirmou ontem que a empresa – acusada de ter sido favorecida no mercado de seguros pelo governo federal – entrou em liquidação porque teve dificuldades no mercado de resseguros, monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). André Marques da Silva disse que outro motivo das dificuldades da empresa foram “graves desvios de caixa”.

O senador César Borges (PFL-BA) leu mensagem eletrônica (*e-mail*) trocada entre André e o irmão dele, Cláudio Marques Silva, tratando de suposto pagamen-

to de materiais de campanha que teriam sido pedidos por Ademar Palocci, irmão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. André Marques da Silva confirmou a veracidade da mensagem, mas observou que o texto estava incompleto e o sentido adulterado. O sócio da Interbrazil sustentou ter pago materiais de campanha – e apenas isso – para o PT.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) pediu que o depoente informasse à CPI os valores doados pela empresa a partidos políticos. O empresário informou ter feito doações a todos os partidos que concorreram às eleições em Goiás e alguns em

outros estados, mas mencionou que não se lembrava da quantia. Prometeu entregar em breve à CPI uma lista detalhada das doações.

À senadora Ideli Salvatti (PT-SC), André Marques disse não ter tido nenhum favorecimento com sua colaboração para a campanha eleitoral do PT em Goiás.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou que, na prestação de contas do PT de Goiás, não constam os valores teoricamente recebidos da Interbrazil. O depoente afirmou que os valores estão registrados na contabilidade da empresa.

Relatório de Onyx afirma que Dirceu pegou empréstimo do PT

O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) afirmou ontem na CPI dos Correios que o deputado José Dirceu (PT-SP) pode ter incorrido em “crime de falsidade ideológica” por haver recebido R\$ 14.322,51 do PT – provenientes do Fundo Partidário – e não ter declarado a movimentação financeira em seu Imposto de Renda.

O montante seria a título de antecipação de pagamento, em 2002, de acordo com a declaração de IR do partido. Nem o montante recebido e nem a devolução do dinheiro, por parte do deputado, de acordo com o relatório de Onyx, constam da declaração de Dirceu

de 2003, ano-base 2002.

– O empréstimo está registrado na declaração que o PT entregou ao TSE, assinada pela senadora Ideli Salvatti e pelo deputado Jorge Bittar.

No documento dirigido ao relator da CPI, Onyx ressaltou que a prática de empréstimos financeiros com recursos do Fundo Partidário é vedada pelo artigo 44 da Lei 9.096/95 e pede que “se dê conhecimento com urgência do expediente ao deputado Júlio Delgado, relator do processo contra o deputado José Dirceu no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara”.

Delcídio anuncia hoje empresas de consultoria

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou à Agência Senado que deve anunciar ainda hoje os nomes das empresas privadas que vão prestar consultoria aos trabalhos da comissão.

Segundo Delcídio, uma das empresas ficará com a responsabilidade de acompanhar as denúncias envolvendo diretamente os fundos de pensão. As outras duas, que poderão colaborar entre si, vão cuidar das contas no exterior e também usar como suporte de investigação os arquivos referentes à antiga CPI do Banestado.



Mão Santa pede que ministro interino da Educação abra negociações com os grevistas

Mão Santa apela por diálogo com professores

Ao manifestar seu apoio às reivindicações de professores e servidores das instituições federais de ensino superior em greve, o senador Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo para que o ministro interino da Educação, Jairo Jorge, abra negociações com os representantes da categoria visando ao fim das paralisações.

– Alguém sabe pelo menos o nome do ministro da Educação? Se ele não quer receber os professores é porque é um mal-educado e não pode ser ministro – criticou o senador.



Ana Júlia adverte que movimento poderá prejudicar estudantes que participarão de vestibulares

Ana Júlia também pede negociações

Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez um apelo ao presidente Lula para que intervenha junto aos ministros da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de que recebam o comando de greve dos professores e servidores das instituições federais de ensino superior e abram diálogo, para que se ponha fim à paralisação da categoria. Ela lembrou que a greve já atingiu 39 universidades, trazendo prejuízos para os estudantes que pretendem participar dos vestibulares.

Depois de sessão tumultuada na Câmara, Aldo Rebelo adia para a próxima semana a votação da MP do Bem. Senadores pedem ao ministro da Educação que abra diálogo com professores em greve

Paim critica renegociação de dívidas das prefeituras com a Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou a renegociação de dívidas das prefeituras com a Previdência Social autorizada pela Medida Provisória 252/05, conhecida como MP do Bem. Pelo texto aprovado na quarta-feira pelo Senado Federal, os municípios vão poder parcelar suas dívidas em até 20 anos.

– Isso é um incentivo aos que não pagam. Quem vai pagar a conta são os aposentados e pensionistas – alertou.

Apesar de fazer parte da Frente Parlamentar Municipalista, o petista considera “muito perigoso anistiar os devedores da Previdência”.

Paim também criticou a decisão do Conselho Nacional de Política



Paim adverte que quem vai pagar a conta serão os aposentados e pensionistas

Fazendária (Confaz) de não repassar aos estados exportadores o ressarcimento dos créditos do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a que têm direito por conta da isenção do tributo prevista na Lei Kandir.

O parlamentar se disse perplexo com a medida e afirmou que o não-ressarcimento dos créditos do ICMS “inviabiliza o setor exportador”. Como exemplo, ele citou a crise vivida pela região produtora de calçados do Vale dos Sinos (RS), que já fechou 13 mil postos de trabalho desde o início do ano.

– Essa situação agrava a crise gaúcha do setor calçadista exportador, que já tem sido sacrificado com sucessivas políticas econômicas e tributárias desfavoráveis – lamentou o senador.

Sem acordo, Câmara adia MP do Bem para a próxima semana

Depois de uma sessão tumultuada, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, adiou para a próxima semana a votação da chamada MP do Bem. Rebelo marcou sessões deliberativas para segunda-feira, às 14h, e para terça-feira, às 9h, com o objetivo de encerrar o exame da Medida Provisória 252 (convertida no Projeto de Lei 23). A MP perde sua eficácia no dia 13 de outubro; o Senado aprovou 28 modificações ao texto da Câmara.

O principal ponto de discordância entre governo e oposição foi a emenda 27 incluída por acordo no relatório do

senador Romero Jucá (PMDB-RR). A modificação prevê que as requisições judiciais de pequenos valores, decorrentes de decisões dos juizados especiais federais contra a União, só serão pagas no mesmo exercício se houver disponibilidade orçamentária.

A oposição entendeu que essa mudança adia por um ano pagamentos de até R\$ 18 mil, principalmente de aposentados, que representam a maioria dessas ações de pequena monta, segundo o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Nas reuniões dos líderes com o secretário da Receita Federal do

Brasil, Jorge Rachid, o governo manifestou sua apreensão com essas ações, que já atingem ganhos contra a União próximos de R\$ 5 bilhões. O governo só teria previsão orçamentária para R\$ 3,3 bilhões. Mas já haveria a abertura de um crédito extraordinário de R\$ 450 milhões, segundo a Consultoria de Orçamento da Câmara.

A sessão de ontem teve seu momento de maior tensão quando o 1º secretário da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE), ameaçou agredir no Plenário o líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Lúcia Vânia defende unificação de projetos

Em face dos fracos resultados obtidos pelos vários programas criados pelo governo federal para apoiar e estimular os jovens, como o Primeiro Emprego, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) propôs reuni-los todos em um único ministério. Ela entende que, dessa maneira, tanto se evitará a pulverização dos recursos investidos, “como vem acontecendo”, como ficará mais fácil fazer uma avaliação da eficácia desses programas.

Dados obtidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) informam, segundo a senadora, que o número de jovens brasileiros que vivem na pobreza é superior a 12 milhões. Por outro lado, disse ela, levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), ao final de 2004, aponta a existência de 3,8 milhões de jovens desempregados em todo o país.



Fiquene manifesta sua confiança em que o Congresso retome o debate sobre o tema

Fiquene quer discutir número de vereadores

Ribamar Fiquene (PMDB-MA) manifestou a sua confiança em que o Congresso retome a discussão sobre o número de vereadores nas câmaras municipais.

– São muitos os caminhos e todos se formam no entendimento – disse.

Fiquene afirmou que as divergências em torno da questão serão resolvidas por meio da dedicação e do compromisso daqueles que querem ver os avanços concretizados.

Alvaro Dias lamenta aumento de impostos

Alvaro Dias (PSDB-PR) denunciou ontem o não-cumprimento da promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não aumentar a carga tributária. O senador recordou que o compromisso foi reafirmado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no Senado.

– É impressionante que o governo permita o crescimento da carga tributária nesse patamar. O peso dos tributos sobre as empresas formais é superior a 40% do produto interno bruto. Não há no mundo algo semelhante – destacou.

Alvaro Dias também fez ressalvas à unificação da Receita Federal e da Previdência Social, medida que teria o objetivo, na sua opinião, de aumentar a arrecadação fiscal.

Além de alertar para os custos, o parlamentar observou que a iniciativa do governo deverá aumentar os problemas de gerenciamento existentes.



José Maranhão destaca efeito negativo de decisão do Conselho Nacional de Saúde

Maranhão vê prejuízo para municípios

José Maranhão (PMDB-PB) criticou a decisão do Conselho Nacional de Saúde de excluir os investimentos em saneamento e coleta de lixo da despesa obrigatória dos municípios com saúde. Os governos municipais têm de aplicar no mínimo 15% da receita no setor.

Para o senador, a decisão inviabiliza os pequenos municípios, que dependem do Fundo de Participação.

– Eu não queria discutir a natureza da decisão. Mas os municípios já operam numa situação de desequilíbrio fiscal – alertou.



Capiberibe diz que atual governo do estado gastou muito dinheiro em trecho da rodovia BR-156

Capiberibe denuncia gastos com obras no AP

João Capiberibe (PSB-AP) criticou os elevados custos de obras de pavimentação de trecho da rodovia BR-156, no Amapá. De acordo com ele, enquanto seu governo conseguiu pavimentar 62 quilômetros da estrada ao custo de R\$ 30 milhões, em 2001, a administração atual teria, com recursos de R\$ 80 milhões, asfaltado apenas 18 quilômetros da mesma rodovia, em 2004.

O senador informou ter solicitado um relatório ao governo federal para tirar as dúvidas.



Valdir Raupp pede que o governo respeite determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Raupp critica corte de recursos para ciência

Preocupado com a retenção de recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu que o governo federal respeite a determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ela estabelece em 40% o limite para contingenciamento dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

De acordo com o senador, apesar da determinação da LDO, a proposta da Lei Orçamentária para 2006 prevê retenção de 60% da receita dos fundos setoriais.

– Ou o presidente da República veta esse artigo, ou a Secretaria de Orçamento corrige esse percentual – disse o senador. Ele lamentou a retenção de recursos oriundos do Tesouro e até de recursos próprios de órgãos como agências reguladoras e de desenvolvimento regional.

Raupp também apelou às autoridades para que sejam abertas negociações visando o pôr fim às paralisações no Banco Central e nas universidades federais.

Decisão se relaciona à solução adotada pelo governo federal que levou bispo dom Luiz Flávio Cappio a encerrar a greve de fome contra o projeto de transposição de águas

Câmara acelera exame de proposta para revitalizar o rio São Francisco

A proposta de emenda à Constituição de iniciativa do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco deve ser votada nesta terça-feira pela comissão especial que analisa a matéria na Câmara dos Deputados. A aceleração dos debates em torno do projeto está diretamente relacionada à solução encontrada pelo governo que levou o bispo dom Luiz Flávio Cappio, do município de Barra (BA), a abandonar a greve de fome que iniciara havia 11 dias.

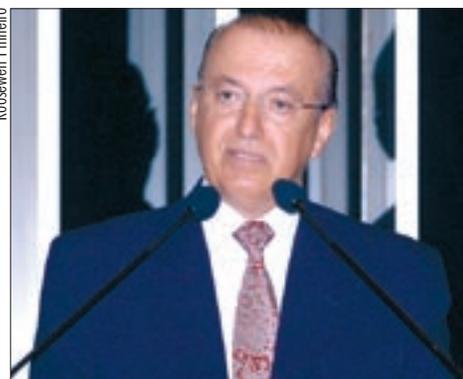
O relator da PEC 524/02, deputado Fernando Ferro (PT-PE), apresentou substitutivo à proposta, reduzindo

Acaba greve de fome do bispo de Barra

Acabou a greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio. O religioso estava sem comer havia 11 dias em protesto contra o projeto de integração do rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional.

Ontem, o ministro da Secretaria das Relações Institucionais, Jaques Wagner, esteve com Luiz Cappio e fechou acordo para prolongar o debate sobre a execução do projeto.

O deputado Fernando Ferro (PT-PE), relator da proposta de emenda constitucional que cria um fundo de revitalização para a bacia do São Francisco, afirma que o fim da greve de fome representa a vitória da negociação e do bom senso. Mas reconhece que uma mobilização “deste porte” causa desgaste ao governo. Assim que dom Cappio estiver recuperado, deve vir a Brasília para conversar com o presidente Lula. (Agência Brasil)



Caso seja alterada pelos deputados, iniciativa de Valadares retornará ao exame do Senado

de 0,5% para 0,2% o índice sobre a arrecadação de impostos federais que geraria recursos para a formação de um fundo de recuperação do chama-

do "Rio da Unidade Nacional". Para compensar essa mudança, o parlamentar estabelece um mecanismo de fortalecimento do fundo, mediante taxa de 10% dos royalties que as empresas geradoras de energia pagam pela utilização de águas do rio São Francisco.

Caso seja aprovada na comissão especial, a matéria, conforme informou a Fernando Ferro o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, vai à apreciação do Plenário já na próxima semana, para votação em dois turnos. Uma vez aprovada pelos deputados, será encaminhada ao exame do Senado Federal.

Intenção do governo é convencer que obra será benéfica, destaca Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez apelo ao “bom senso de todos” para que avance o diálogo entre o governo e o bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que esteve em greve de fome, por 11 dias, contra a transposição de águas do rio São Francisco.

Ele informou que o ministro das Relações Institucionais, Jacques Wagner, enviado do presidente Lula a Cabrobó, onde está o bispo, manteve ontem longa conversa com dom Cappio.

Suplicy disse que o ministro levou dados importantes sobre o programa de revitalização do rio São Francisco, que estaria embutido no projeto de transposição. A intenção do governo federal é convencer dom Luiz Cappio de que a iniciativa será benéfica para todos os nordestinos.

O senador também apresentou da-



Suplicy pede "bom senso de todos" para que avance diálogo entre o Executivo e o religioso

dos sobre a ampliação dos programas sociais do governo Lula, enfatizando que, em 2005, foram alocados R\$ 17,1 bilhões no Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Esse montante é 138% superior ao do ano de 2002, que totalizou R\$ 7,2 bilhões para programas sociais.



Mozarildo Cavalcanti teme que florestas públicas caiam nas mãos de grupos estrangeiros

Contra urgência para gestão de florestas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou ontem o regime de urgência para o projeto de gestão de florestas públicas. Na sua opinião, o principal objetivo da proposta é possibilitar o aluguel de importantes reservas florestais brasileiras por empresas multinacionais, interessadas na exploração de madeira.

– Na verdade, esse é um projeto que visa alugar nossas florestas para exploração. Embora se diga que só empresas brasileiras serão contempladas, sabemos que, na prática, as empresas nacionais vão apenas servir de fachada para acobertar os grandes interesses empresariais internacionais – afirmou.

Mozarildo destacou ainda a existência de inconstitucionalidade na matéria, já aprovada em várias comissões do Senado. O problema estaria na imposição a estados e municípios afetados pela medida de, por lei ordinária, adequarem suas legislações às novas regras.

– A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o projeto eivado de inconstitucionalidade – advertiu.



Vice-secretário de Estado Robert Zoëlick (E) conversa com Aloizio Mercadante

Mercadante recebe vice-secretário de Estado dos EUA

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), recebeu ontem, em seu gabinete, o vice-secretário de Estado norte-americano, Robert Zoëlick. Eles conversaram sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU e a possibilidade de o Brasil ter assento permanente naquele órgão. Durante o encontro, ainda foram tratados temas como a conclusão da missão que o Brasil chefia no Haiti e o comércio bilateral com

os Estados Unidos.

Mercadante expôs ao visitante as preocupações do governo brasileiro em relação à política externa, especialmente em regiões que apresentam instabilidade política e social. Em novembro, afirmou o líder, o Haiti realizará eleições e é importante o apoio do governo americano para que as forças da ONU saiam daquele país, permitindo a governabilidade.

– Há preocupação constante

em relação à governabilidade democrática, especialmente em algumas regiões nas quais a instabilidade está sempre presente, como no caso da Bolívia e do Equador. Discutimos como o Parlamento pode ajudar na construção de instituições democráticas sólidas – disse Mercadante.

Ele considerou importante o diálogo também pela possibilidade de ampliar as exportações para os Estados Unidos.

Projeto facilita concessão de benefício constitucional ao excluir do cálculo da renda *per capita* familiar aposentadoria cujo valor seja igual a um salário mínimo



O presidente Antônio Carlos Valadares dirige reunião da comissão em que foram aprovados três projetos de lei em decisão terminativa

Benefício para idoso e portador de deficiência pode ser ampliado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que exclui a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal *per capita* para o recebimento de benefício da prestação continuada.

De acordo com a justificativa do projeto (PLS 179/04), a Constituição de 1988 garante um salário mínimo mensal ao deficiente e ao idoso que não possuam meios próprios de sobrevivência, mas a Lei Orgânica da Assistência Social restringe a concessão do benefício, ao declarar que somente a família com renda mensal *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo é incapaz de prover a manutenção de pessoa portadora de deficiência ou idosa. O autor explica que, na prática, apenas os indigentes têm direito ao benefício constitucional. Na avaliação do relator *ad hoc* Eduardo Azeredo (PSDB-MG),

a desvinculação do salário mínimo do cálculo do benefício da prestação continuada poderá promover a inclusão social de pessoas carentes.

A comissão também aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 71/03) do senador Tião Viana (PT-AC) que obriga os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) a prestar conta de suas atividades ao Congresso Nacional e ao governo federal. A proposta estabelece que as informações deverão ser encaminhadas às autoridades por meio de um relatório trimestral, em que constem dados detalhados sobre o total das verbas, fonte de recursos, auditorias concluídas ou iniciadas, além da oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada. Os dados deverão ainda ser debatidos em audiência pública, segundo a proposta acolhida pela comissão.

Também em decisão terminativa, a CAS aprovou projeto de

lei (PLS 329/03) de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que transforma a Estação Ecológica de Anavilhanas, no Amazonas, em Parque Nacional de Anavilhanas. Segundo o relatório do senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), as estações ecológicas são criadas com a finalidade de estimular a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Esses dois objetivos também seriam levados em conta na criação dos parques nacionais, que admitiriam ainda o desenvolvimento de ações de educação ambiental e o turismo ecológico.

A CAS também apresentou parecer favorável ao projeto de lei que prevê o financiamento de estágio remunerado em empresas e universidades pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. A matéria (PLS 177/02) é de autoria do senador José Agripino (PFL-RN) e agora será encaminhada à Comissão de Educação.

José Jorge quer incluir vacina contra a catapora no programa de imunização

A despeito de sua letalidade relativamente baixa em crianças normais, a varicela, ou catapora, pode ser muito grave em determinados grupos, como os recém-nascidos ou crianças com comprometimento da imunidade. A afirmação foi feita ontem por José Jorge (PFL-PE) ao propor a inclusão imediata da vacina contra a doença no Programa

Nacional de Imunizações, ao lado das vacinas contra a poliomielite e o tétano.

O senador anunciou que está apresentando requerimento de informação ao Ministério da Saúde sobre a situação epidemiológica da varicela e as ações que o ministério está desenvolvendo para a inclusão da vacina no programa nacional.



José Jorge: catapora pode ser muito grave em grupos como os recém-nascidos

Serys defende maior presença masculina nas atividades domésticas

Em seminário sobre o espaço profissional da mulher na sociedade brasileira, Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu mais participação masculina nas atividades domésticas. Para a senadora, que coordena a Comissão Especial Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, “nenhum homem ficará menos macho por ajudar em casa; pelo contrário, serão muito mais amáveis e queridos”.

O ciclo de debates “Mulheres no Topo da Carreira: Flexibilidade e Persistência” discutiu ainda a carga de preconceitos que pesa sobre a mulher, principalmente quando estão em disputa cargos elevados no interior do poder público e na iniciativa privada. O evento teve como ponto inicial a tese de mestrado defendida por Tânia Fontenele, economista, mestre e doutoranda em Psico-

logia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa mostra a dificuldade que ainda existe entre as mulheres de atuar em postos de topo de carreira no governo federal.

Presente ao encontro, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ressaltou a importância do evento para vencer o preconceito sobre a capacidade feminina. Já a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, destacou o crescimento profissional da mulher nas últimas três décadas e lembrou os 20 anos da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A abertura do debate teve a participação do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do senador Edison Lobão (PFL-MA). Também esteve presente ao encontro a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria.



Segundo Renan (C), mulheres ganham em média 69,6% do salário dos homens

Renan: mulheres sofrem “discriminação absurda” no mercado de trabalho

Ao discursar na abertura do debate “Mulheres no Topo da Carreira: Flexibilidade e Persistência”, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, embora a participação das mulheres no mercado de trabalho venha crescendo, elas ainda sofrem uma “discriminação absurda”. Renan assinalou que as mulheres somam 51% da população e do eleitorado, chegam a uma em cada quatro famílias e respondem por 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no informal.

– Embora tenham um índice de escolaridade mais alto do que a população masculina, as mulheres ganham em média 69,6% do rendimento recebido pelos homens e ainda são minoria em cargos de chefia e quando se trata de representação política. Como exemplo, nossas deputadas e senadoras ocupam apenas 9% das cadeiras do Congresso Nacional – frisou Renan.

O presidente do Senado mencionou, ainda, a violência contra

a mulher, citando dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, segundo os quais a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil.

A senadora Serys Slhessarenko ressaltou os avanços na busca de soluções para os problemas da discriminação e da violência contra a mulher e elogiou a postura determinada e decidida de Renan Calheiros no trato dessa questão no âmbito do Legislativo e da grande contribuição prestada pelo diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia.

– Já passamos e superamos a fase do discurso feminista, mas ainda enfrentamos graves problemas na busca por espaço profissional e em cargos de direção. Não é conselho de auto-ajuda, mas devemos sempre dizer: eu posso tanto quanto – disse Serys.

Ela lembrou que as mulheres ainda não conseguiram obter uma vaga de titular na Mesa do Senado. A senadora é a primeira suplente de secretário da Mesa.